



TEMA

Redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas

LOCAL

Cidade do Panamá, Panamá

DATA

22 a 23 de fevereiro de 2018

PARTICIPANTES

23 parlamentares de 16 países, 4 especialistas de organizações internacionais e 1 rede de organizações da sociedade civil



Esta atividade está alinhada aos ODS número 1, 5, 9, 11 y 13.

DIÁLOGO SOBRE A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

#ParlAmericasCC #Switch2Sendai

Esta atividade foi organizada pela Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas do ParlAmericas em colaboração com o [Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres](#) (UNISDR, sigla em inglês), e reuniu parlamentares das Américas e do Caribe, representantes da sociedade civil e organizações internacionais, em sessões de diálogo e visitas de campo para a troca de boas práticas. Promoveu-se também a legislação e a tomada de decisões informadas sobre redução de riscos de desastres e, a adaptação às mudanças climáticas.

Este diálogo é baseado em um acordo de cooperação e constitui a primeira atividade realizada como parte de um plano de trabalho conjunto entre o ParlAmericas e o UNISDR para desenvolver um novo protocolo parlamentar sobre a redução e adaptação do risco de desastres, que servirá como guia para parlamentares no trabalho legislativo sobre desastres no hemisfério. O referido acordo de cooperação está alinhado com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.

A abertura da reunião ficou a cargo do Deputado **Javier Ortega** (Panamá), Presidente da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas do ParlAmericas, da Deputada **Mariela Vega** (Panamá), da **Exma. Sra. Karine Asselin**, Embaixadora do Canadá no Panamá e, de **Raúl Salazar**, Chefe do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, Escritório Regional-das Américas. O **Dr. José Di Bella**, Gerente do Programa de Mudanças Climáticas, apresentou e descreveu a relação entre o diálogo os princípios do [Programa de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do ParlAmericas](#).



Deputado **JAVIER ORTEGA** (Panamá), presidente da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas do ParlAmericas

“Como parlamentares, temos a grande responsabilidade de avançar com essa agenda e integrar medidas que apoiem esses compromissos em políticas nacionais, planos de ação, programas e orçamentos em todos os níveis, bem como examinar ambas as questões nos marcos legais relevantes. Este diálogo representa um passo decisivo no caminho que o ParlAmericas, juntamente com as Nações Unidas, estabeleceu no âmbito de uma série de atividades para promover ações parlamentares destinadas a reduzir as causas de vulnerabilidade em nossas cidades, vilas e comunidades.”

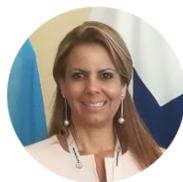
CINCO PRINCÍPIOS DO PROGRAMA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO PARLAMERICAS

1. Ciência climática para parlamentares
2. Alinhamento com os marcos internacionais
3. Alianças e associações
4. Trabalho de campo ativo e comprometido
5. Diálogo e ação inclusivos de gênero

“O Canadá é solidário com os países afetados pelos desastres e, recentemente, anunciou seu apoio aos esforços de reconstrução e resiliência climática na região do Caribe para os próximos cinco anos. Essa promessa ajudará os governos nacionais a reconstruir e fortalecer as capacidades nacionais de adaptação.”



KARINE ASSELIN,
Embaixadora do Canadá no Panamá



Deputada **MARIELA VEGA** (Panamá)

“A incorporação do gerenciamento de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento pode reverter a tendência atual de aumento do impacto desses eventos. Mais de dois terços da população mundial viverão nas cidades antes de 2050, se os países agirem de forma decisiva, poderão salvar vidas e proteger ativos. No entanto, muitas nações não possuem as ferramentas e a experiência necessárias, nem os mecanismos para incorporar a redução do risco de desastres em suas decisões de investimento. Os parlamentos entendem a importância de apoiar, através do trabalho legislativo, os compromissos de seus governos e organizações internacionais na redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas.”

O MARCO DE SENDAI PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES:

O Marco de Sendai foi adotado pelos Estados Membros da ONU em 18 de março de 2015, durante a Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada na cidade de Sendai, província de Miyagi, Japão.

O Marco de Sendai é um acordo voluntário não vinculante, com um prazo de 15 anos de duração, que reconhece que, embora o Estado tenha o papel principal na redução do risco de desastres, a responsabilidade deve ser compartilhada com outras partes interessadas, incluindo os governos locais e o setor privado. O acordo visa reduzir substancialmente o risco de desastres, bem como reduzir a perda de vidas, meios de subsistência, serviços de saúde, ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de indivíduos, empresas, comunidades e países.



RAUL SALAZAR,
Chefe do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, Escritório Regional das Américas

“O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres é explícito ao mencionar o papel dos parlamentos na promoção de debates institucionais que permitem a elaboração e incorporação da redução do risco de desastres nos quadros legislativos nacionais e locais. Este evento busca impulsionar o papel dos parlamentares na redução do risco de desastres em nível regional, ao mesmo tempo em que fortalece as contribuições dos parlamentares na região em nível global.”

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A primeira sessão do diálogo, liderada por **Pilar Moraga**, Professora do [Centro de Direito Ambiental da Universidade do Chile](#), apresentou aos participantes o marco institucional, os instrumentos econômicos e os principais atores envolvidos na redução de riscos de desastres.

Realizou também uma revisão da legislação sobre mudanças climáticas em diferentes países da América Latina e do Caribe, destacando o papel fundamental de parlamentares na criação do consenso social e político sobre políticas e estratégias de redução de risco de desastres e na promoção da estabilidade nas políticas públicas, de forma a garantir o avanço desta agenda e para facilitar investimentos financeiros.

Legislação sobre Redução de Desastres na América Latina e no Caribe



“A urgência do problema do aquecimento planetário, que exacerba os riscos de desastres em países especialmente vulneráveis, requer progresso nas regulamentações nacionais e locais que considerem a longo prazo uma perspectiva preventiva e, que fortaleçam a capacidade da população de abordar adequadamente os novos desafios. Isso nos permitirá construir uma sociedade mais resiliente para as futuras gerações.”



PILAR MORAGA, Professora do Centro de Direito Ambiental da Universidade do Chile e Pesquisadora Principal do [Centro para a Ciência Climática e a Resiliência, Universidade do Chile](#)

Para mais informações sobre o trabalho do ParlAmericas em mudanças climáticas, por favor, entre em contato pelo e-mail:

parlAmericascc@parlAmericas.org

O MARCO DE SENDAI PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES 2015-2030

A segunda sessão do diálogo, liderada por **Raúl Salazar**, chefe do Escritório Regional da UNISDR para as Américas, apresentou as metas, objetivos, prioridades de ação e princípios do Marco do Sendai para a Redução do Risco de Desastres, e sua relação com as agendas de desenvolvimento sustentável e de adaptação às mudanças climáticas.

Enfatizou também, a importância de integrar a redução do risco de desastres no planejamento para a sustentabilidade e de abordar as mudanças climáticas como um desses fatores de risco. Em seguida, os participantes analisaram como os parlamentos nacionais podem contribuir para a integração de medidas de redução de risco de desastres em consultas, ações legislativas, orçamentos nacionais e monitoramento de programas governamentais.

Esse diálogo concentrou-se na importância de desenvolver e fortalecer, caso apropriado, mecanismos de avaliação e divulgação periódica dos planos nacionais e locais de redução de desastres. Ressaltou-se também a importância de promover a avaliação pública e os debates parlamentares sobre o progresso dessa agenda, e de abordar os fatores de vulnerabilidade promovendo medidas de redução do risco de desastres.



REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES, ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O ACORDO DE PARIS

A terceira sessão concentrou-se na relação entre a agenda de redução do risco de desastres e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs, sigla em inglês) dos países signatários do Acordo de Paris, bem como na importância das medidas de gênero.

Cayetano Casado, Especialista Regional para América Latina e o Caribe da [Aliança Global do NDC](#) e do [Centro de Colaboração Regional da CQNUMC - Panamá](#), explicou o processo de formulação e implementação dos Planos Nacionais de Adaptação (PNA), apresentando uma visão geral das abordagens para integrar a adaptação, o desenvolvimento sustentável e a redução do risco de desastres, nas políticas públicas. Enfatizou também, que a agenda para a adaptação às mudanças climáticas enfrenta desafios que exigem a incorporação de considerações sobre o tema em várias (ou novas) leis e políticas setoriais existentes, de forma a promover o planejamento da adaptação às mudanças climáticas nos níveis nacionais e regionais.

Alma Perez, Assessora Regional sobre paz, segurança e ação humanitária da [ONU Mulheres](#), descreveu o trabalho que realizam para fortalecer a resiliência das comunidades frente aos riscos naturais de um clima em mudança. Abordou também a desigualdade de gênero existentes em situações de desastres, bem como os distintos impactos que os desastres naturais têm sobre as mulheres como, por exemplo, os diferentes níveis de resposta e recuperação de mulheres, homens e crianças, enfatizando que as formas de violência contra mulheres e meninas atingem níveis máximos nessas situações.

Para implementar e alcançar os compromissos de gênero estipulados no Marco de Sendai, a Sra. Pérez instou os parlamentos nacionais e governos a: fortalecer a capacidade das mulheres de resposta e recuperação aos desastres naturais, promover liderança e participação das mulheres na tomada de decisões sobre a redução do risco de desastres e, realizar uma análise para entender melhor as dimensões de gênero no risco de desastres e as medidas correspondentes para reduzir e gerenciar esses riscos.

“A região da América Latina e do Caribe é muito vulnerável aos impactos da mudança climática e reconhece a importância de se adaptar a esses impactos para preservar as conquistas e o desenvolvimento obtidos nas últimas décadas, bem como para garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades e nações futuras. A Aliança NDC (NDC Partnership) ajuda países a acelerar a obtenção dos NDCs, facilitando o apoio técnico e financeiro, a gestão do conhecimento e o aprendizado.”



CAYETANO CASADO, Especialista Regional para América Latina e o Caribe da Aliança Global do NDC, e do Centro de Colaboração Regional da CQNUMC - Panamá



ALMA PEREZ, Assessora Regional sobre paz, segurança e ação humanitária da ONU Mulheres

“A falta de acesso a informações e recursos, e as desigualdades, coloca as mulheres em uma situação de particular vulnerabilidade aos desastres naturais. A prevenção e a resposta eficazes exigem estruturas normativas para tornar visíveis as vozes das mulheres, garantir sua proteção, reconhecer sua liderança e incluí-las como parte ativa nas iniciativas de recuperação.”

DIÁLOGO INTERPARLAMENTAR

Ao longo de cada uma das sessões, as e os parlamentares presentes contribuíram com suas perguntas, insights e perspectivas. Esse intercâmbio de melhores práticas e lições aprendidas com as experiências vividas em seus respectivos países, ancorou os conceitos e questões que estão sendo discutidos em exemplos concretos da vida real.

Os delegados destacaram a necessidade de as e os parlamentares assumirem um papel ativo na comunicação com a cidadania sobre o risco climático, observando que o acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento de capacidades de adaptação nas comunidades. Enfatizaram também, o papel essencial das e dos parlamentares no avanço da implementação dos compromissos do Acordo de Paris em seus próprios países. Reconheceu-se a necessidade de promover ações pontuais, em locais onde os impactos das mudanças climáticas são experimentados e onde os efeitos dos desastres naturais se traduzem em perdas materiais e humanas.





EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES APRENDIDAS PELA SOCIEDADE CIVIL COM A IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS PARA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A quarta sessão foi conduzida por **María Bastías**, Coordenadora Regional da [Rede Global de Organizações da Sociedade Civil para a Redução de Desastres](#), que compartilhou experiências da sociedade civil com a implementação do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres e seu antecessor, o Marco de Hyogo.

Em sua conversa com os parlamentares, refletiu sobre a importância de coletar informações da linha de frente na luta contra o risco de desastres, a forma com afetam as comunidades locais, bem como os desafios relacionados, para melhor orientar campanhas de educação pública, técnicas agrícolas, investimentos em infraestrutura e, sistemas de resposta às emergências. Nesse contexto, participantes debateram sobre as maneiras pelas quais parlamentares podem trabalhar com a sociedade civil para ajudar a reduzir as causas subjacentes aos fatores de vulnerabilidade que elevam os níveis de risco nas comunidades, especialmente nas áreas urbanas onde residem 80% da população do hemisfério.

“Os vínculos e compromissos das OSC em nível local geram vantagens que contribuem para um maior impacto na implementação do Marco de Sendai nas comunidades locais. A aliança com atores-chave, como os parlamentares, pode contribuir para colocar as vozes de risco na linha de frente dos espaços de tomada de decisões e, incorporar sistematicamente as realidades locais no trabalho legislativo. Não pode haver nações resilientes sem comunidades resilientes.”



MARÍA BASTÍAS,
Coordenadora Regional
para a América Latina e o
Caribe, [Rede Global de
Organizações da
Sociedade Civil para a
Redução de Desastres](#)



ESTUDOS DE CASO E LEGISLAÇÃO SOBRE A REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES

A quinta sessão foi conduzida pela Presidenta da Câmara dos Representantes, V.Exa. **Bridgid Annisette-George** (Trinidade e Tobago), pelo Representante **Darcy De Los Santos** (Uruguai) e, pela Senadora **Máxima Apaza** (Bolívia), que analisaram semelhanças e diferenças nos marcos regulatórios nacionais para a redução do risco de desastres.

Os membros do painel apresentaram o status atual da legislação sobre a redução de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas em seus países e, compartilharam experiências pessoais sobre práticas eficazes e compromissos da comunidade para fortalecer as instituições locais e a governança para a redução do risco de desastres. Por exemplo, no caso de Trinidade e Tobago, a Presidenta da Câmara dos Representantes, **Bridgid Annisette-George**, apresentou a estrutura legal de seu país que regula a redução do risco de desastres, que inclui uma ampla gama de leis temáticas, como a Lei de Medidas Contra Desastres, a Lei das Sociedades Municipais, a Lei das Autoridades Sanitárias Regionais e a Lei de Águas e Esgotos.

Durante o diálogo, a Senadora **Máxima Apáza** (Bolívia) enfatizou o importante papel do conhecimento e das práticas tradicionais na construção de uma perspectiva crítica e de um sistema de conhecimento para orientar a legislação e as políticas nacionais.



Membro da Câmara de Representantes **DARCY DE LOS SANTOS** (Uruguai)

“Quanto menor a comunidade, mais fácil é realizar uma governança eficaz e promover a participação da sociedade civil. O Estado é o garantidor dos recursos para a redução do risco e, o envolvimento de organizações da sociedade civil contribui com um elemento de controle social na distribuição de recursos. Facilitar o acesso transparente ao desenvolvimento de planos de redução de riscos de desastres para tomar decisões informadas é menos oneroso do que reconstruir casas e infra-estruturas construídas em áreas de alto risco devido a decisões ruins.”

“Não só um, mas vários países, sofrem com os efeitos do aquecimento global. Nós temos que trabalhar sem ver as cores políticas, sem ver a sigla política, temos que ver do ponto de vista humano, que é importante colaborar. Estamos trabalhando com essa linha de pensamento na Bolívia, tanto no âmbito legislativo, como no executivo e nas organizações sociais.”



Senadora **MÁXIMA APAZA** (Bolívia)

“Como legisladores, devemos orientar a cidadania na identificação das ameaças relevantes, educar sobre seu papel na minimização da ocorrência de ameaças e organiza-los para responder aos impactos das mesmas. Em nossas legislaturas, devemos advogar para que todas as leis e políticas públicas sejam baseadas em premissas que promovam a resiliência e garantam que nossos orçamentos sejam adequadamente financiados para apoiar e monitorar as ações executivas para o cumprimento da gestão de redução de riscos.”



Presidenta da Câmara de Representantes, V.Exa. **BRIDGID ANNISETTE-GEORGE** (Trinidade e Tobago)

RISCO CLIMÁTICO COSTEIRO EM CONTEXTOS URBANOS

Com o objetivo de melhor explorar o papel das organizações locais e da sociedade civil, bem como de promover uma visão abrangente da redução do risco de desastres, foi organizada uma visita de campo e uma sessão informativa com especialistas do [Sistema Nacional de Proteção Civil do Panamá \(SINAPROC\)](#).

Esta atividade proporcionou aos parlamentares a oportunidade de observar as diferentes dimensões do risco climático em uma comunidade urbana costeira e, relacioná-los aos conceitos abordados nas sessões de diálogo e às suas próprias experiências com avaliações de risco de desastres.

A atividade informativa e os debates em campo enfocaram os vários impactos das mudanças climáticas nas comunidades locais, as possíveis opções de adaptação e a relação entre a legislação nacional, os regulamentos de planejamento urbano e os sistemas de gerenciamento de risco de desastres. Os parlamentares refletiram sobre os diferentes riscos climáticos em suas comunidades e os possíveis impactos futuros sobre as comunidades costeiras em seus respectivos países.



“O conhecimento que ganhei nesta conferência terá um impacto no meu trabalho, uma vez que levarei o que aprendi ao Parlamento para que possamos começar a implementar melhorias em nossos protocolos nacionais de desastres e de redução de emergência.”



Deputado **DAN RUIMY** (Canadá)

“O mais importante é que as políticas públicas integrem as mudanças climáticas e as estratégias de adaptação em países como o nosso, onde a variabilidade climática afeta as comunidades. O Marco de Sendai nos dá quatro prioridades: conhecer o risco, governança, investimento e preparação para a resposta. É importante que nossas autoridades entendam esses conceitos e saibam que o empoderamento é a base da boa preparação e resposta aos desastres. Portanto, devemos solicitar leis que se alinhem com a estrutura conceitual da redução do risco de desastres.”



REYES JIMENEZ,
Coordenador Nacional da Unidade de Risco de Desastres, SINAPROC



AÇÕES PARLAMENTARES PARA APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS E O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO PROTOCOLO PARLAMENTAR PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

Na sessão de encerramento do diálogo, os participantes dividiram-se em grupos de trabalho para analisar e apresentar ações legislativas concretas que podem ser tomadas para promover e facilitar a implementação de medidas de redução de risco de desastres.

Parlamentares examinaram as quatro prioridades do Marco de Sendai, visando contribuir para o desenvolvimento de uma matriz de ações parlamentares para avançar em cada um dos diferentes pilares para a redução do risco de desastres. Guiada por um documento de trabalho preliminar, as discussões foram realizadas em pequenos grupos, seguidas por apresentações onde as e os parlamentares destacaram as experiências compartilhadas sobre a matéria nos diferentes países e, os esforços para fortalecer a governança local através da promoção de processos participativos sobre a redução do risco de desastres.

Através desta sessão de trabalho, as e os parlamentares enfatizaram a importância de realizar avaliações de risco de desastres com a participação de governos locais, comunidades e instituições acadêmicas, como parte do processo de formação de novas legislações. Enfatizaram também a importância de ter dados desagregados como base da formulação de políticas públicas, bem como de revisar os orçamentos nacionais anuais para assegurar investimentos públicos em programas de redução de risco de desastres, agências de gerenciamento de desastres e novas tecnologias, e em sistemas de alerta antecipado. Parlamentares também defenderam avaliações de respostas a riscos de desastres e programas que aplicam uma perspectiva de gênero intersectorial, para entender melhor as diferentes capacidades e necessidades no contexto do risco de desastres, declarando que consideravam uma prioridade crítica revisar códigos de construção e planos nacionais de infraestrutura, para assegurar que os governos integrem o planejamento e o desenho de redução do risco de desastres em todos os regulamentos de zoneamento.



Esta sessão em grupos de trabalho serviu de base para o desenvolvimento de uma matriz de ações parlamentares para contribuir com as quatro prioridades do Marco de Sendai, que estão disponíveis para download na seção do [programa de mudanças climáticas do site do ParlAmericas](#).

Durante as discussões, participantes também contribuíram para o novo protocolo parlamentar sobre redução e adaptação ao risco de desastres no hemisfério, que está sendo desenvolvido pelo ParlAmericas e pela UNISDR.



Encontre o ParlAmericas Podcasts no [iTunes](#) e no [Google Play](#) para escutar as conferências principais e outras apresentações de especialistas, realizadas durante nossas reuniões em todo hemisfério.

Matriz de acciones parlamentarias para apoyar el Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres

Prioridades de acción del Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres			
Prioridad 1 Comprender el riesgo de desastres	Prioridad 2 Fortalecer la gobernanza del riesgo de desastres para gestionar dicho riesgo	Prioridad 3 Invertir en la reducción del riesgo de desastres para la resiliencia	Prioridad 4 Aumentar la preparación para casos de desastre a fin de dar una respuesta eficaz y "reconstruir mejor" en los ámbitos de la recuperación, la rehabilitación y la reconstrucción
<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar evaluaciones del riesgo de desastres al gobierno local o a los ministerios pertinentes para informar las medidas de respuesta necesarias. Abogar para que las evaluaciones apliquen una perspectiva interseccional de género con el fin de analizar las capacidades y necesidades diferenciales. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorear y garantizar la integración del riesgo de desastres en todas las legislaciones, programas y políticas sectoriales. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover inversiones para las evaluaciones del riesgo de desastres realizadas por organizaciones locales, instituciones académicas y gobiernos locales. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar los gastos incurridos en programas y planes de reconstrucción.
<ul style="list-style-type: none"> • Alentar a las organizaciones e instituciones locales a profundizar y crear conocimientos sobre los riesgos de desastres, difundir experiencias, lecciones aprendidas y buenas prácticas a la comunidad para reducir los riesgos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitar organizaciones locales que trabajan en la reducción del riesgo de desastres y solicitar sesiones informativas y diálogos locales para informar su trabajo. Asegurarse que las organizaciones de mujeres estén representadas y que sus puntos de vista se tomen en cuenta en todos los diálogos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar recursos, incluyendo recursos financieros, para ser asignados en todas las instancias administrativas a fin de desarrollar e implementar las medidas para la reducción del riesgo de desastres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar reportes e información al gobierno local o a los ministerios pertinentes sobre su preparación para un eventual desastre, así como sobre sus políticas, planes y programas de contingencia.

PARLAMENTOS PRESENTES



ANTIGUA E
BARBUDA



ARGENTINA



BOLÍVIA



CANADÁ



CHILE



CUBA



GUATEMALA



HONDURAS



MÉXICO



NICARAGUA



PANAMÁ



SÃO CRISTÓVÃO
E NEVES



SANTA LÚCIA



SURINAME



TRINIDADE E
TOBAGO



URUGUAI

Esta reunião foi possível graças ao generoso apoio do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR) e do Governo do Canadá, através do seu Ministério de Assuntos Globais.

Canada



Secretaria Internacional do ParlAmericas

710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá

Telefone +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766

www.parlAmericas.org | info@parlAmericas.org



PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando em favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**